



QUEM SOMOS?



O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região, coordenado pelo Desembargador Federal Luiz Antônio Soares e auxiliado pelas Juízas Federais Convocadas Aline Miranda e Cristiane Conde, é o órgão do TRF2 responsável pelo planejamento e estruturação dos métodos não adversariais de solução de conflitos nas demandas entre cidadãos e entes públicos, oferecendo meios consensuais para a solução de conflitos, procedendo de acordo com os parâmetros da Resolução CNJ 125/2010, atuando, diariamente, através de seus órgãos de execução: CESOL-RJ, CESCON-ES, CESOL BAIXADA, CESUL, CESNITA, CESOL DE SÃO GONÇALO, CENORTE, CESOL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e CESOL NOVA FRIBURGO.

JORNADA DO MEIO AMBIENTE ABORDA O PAPEL DA CONCILIAÇÃO NOS PROCESSOS AMBIENTAIS

No dia 13 de junho, a 1ª Edição da Jornada do Meio Ambiente apresentou aos magistrados e servidores da Justiça Federal da 2ª Região mais um relevante encontro acerca da temática ambiental. A convidada foi a juíza Federal Ana Carolina Vieira de Carvalho que falou sobre "O papel das conciliações na área do meio ambiente na Justiça Federal". O encontro ocorreu no Auditório do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), com transmissão ao vivo pela plataforma Zoom. Titular da Vara Federal de Magé/RJ, coordenadora do Centro de Inteligência da SJRJ e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Ambiental/CEJUSC/TRF2, além de presidente da Comissão Gestora do PLS/TRF2, a magistrada Ana Carolina iniciou sua fala apresentando o CEJUSC-Ambiental, órgão vinculado ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos/NPSC2/TRF2 que tem como finalidade buscar a conciliação entre as partes envolvidas nos processos de causas complexas relacionados à matéria ambiental. A palestrante ainda destacou que o Centro Judiciário foi criado em 2021 como projeto-piloto, e vem se aprimorando com atuação expressiva nas lides em que



Juíza Federal Ana Carolina Vieira de Carvalho palestra na 1ª Edição da Jornada do Meio Ambiente.

há grande número de afetados e relevante impacto socioambiental.

Na ocasião, Drª Ana Carolina também falou um pouco sobre o [Portal Socioambiental da Justiça Federal da 2ª Região](#), no qual estão disponíveis informações acerca dos projetos e iniciativas relacionados ao papel ambiental desenvolvidos pela Segunda Região, além de dados tanto na atuação em processos judiciais referentes ao tema ambiental quanto no aspecto da parte administrativa. Ademais, a



NEGOCIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS É TEMA DE AÇÃO EDUCACIONAL

magistrada frisou que o papel da conciliação em matéria ambiental tem seu respaldo nos seguintes regramentos: Resolução CNJ n. 125/2010; Novo Código de Processo Civil; Lei n. 13.140/2010; e Resolução CJF n. 398/2016.

Na sequência, a juíza federal abordou alguns pontos positivos no tocante ao uso de métodos consensuais em processos ambientais.

Ao final, a convidada destacou, ainda, a criação do Comitê Socioambiental do Estado do Rio de Janeiro que tem por objetivo deliberar sobre questões ambientais relevantes em sua região de atuação, bem como acompanhar o cumprimento de suas deliberações. Órgão colegiado e multidisciplinar, o Comitê do Meio Ambiente foi instituído em 2021 através de termo de cooperação entre o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para viabilizar o diálogo interinstitucional com gestão em matéria ambiental.

Fonte intranet



Com o intuito de disseminar conhecimento e capacitação entre os servidores da área judiciária e administrativa do TRF2, a Coordenadoria de Educação Corporativa (CEDUC/SGP/TRF2) proporcionou a realização de ação educacional com o tema Negociação e Resolução de Conflitos. A ação teve como instrutora a Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2), Danielle Cruz Frei-

re de Carvalho, e contou com mais de trinta inscritos. A instrutora Danielle realizou exposição dialogada sobre Teoria do Conflito, espiral do Conflito, Teoria da Comunicação, Teoria dos Jogos, além de resolução de conflitos na Justiça Federal.

Em um total de quatro encontros, realizados em junho, através da Plataforma Zoom, os participantes tiveram oportunidade de conhecer um pouco sobre estilos de negociação, estratégias e técnicas para uma negociação eficiente e eficaz, métodos de solução consensual de conflitos mais utilizados e outros temas relevantes, destacando-se a atual estrutura e funcionamento do Núcleo de Conciliação no TRF2. No primeiro encontro, utilizando-se do Mentimeter, os participantes puderam contribuir com a exposição, formando uma nuvem de palavras no ambiente digital. No segundo encontro, foram formadas duplas e, em uma dinâmica, pôde-se aprender na prática sobre a Teoria dos Jogos. O terceiro e o quarto encontros também foram integrativos, pois além da exposição dialogada, os participantes puderam falar sobre experiências e desafios da conciliação.



CULTURA DA PAZ É PROPAGADA POR MEIO DE OFICINA DE COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

A ação educacional ofereceu subsídios que, certamente, contribuirão para o sucesso da negociação e resolução dos conflitos nas relações organizacionais e na prestação jurisdicional. A iniciativa também se destaca como mais uma forma de fomentar a cultura da paz na Justiça Federal da 2ª Região.



No mês de junho de 2023, por iniciativa da Coordenadoria de Educação Corporativa (CEDUC/SGP/TRF2) foi realizada Oficina de Comunicação Não-Violenta (CNV) para formação de facilitadores no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região. Com o objetivo de divulgar a cultura da paz e capacitar servidores para atuarem com base na CNV, a oficina foi ministrada pelo Juiz Federal Dr. Vladimir Vitovsky e pelas Juízas Federais Drª Bianca Stamato, Drª Aline Miranda e Drª Cristiane Chmatalik.

Em um total de cinco encontros, realizados de forma telepresencial, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom e realização de aulas assíncronas, os magistrados federais, instrutores da ação educacional, expuseram o conceito de Comunicação Não-Violenta, abordaram sobre os quatro componentes da CNV (Observação, Sentimento, Necessidade e Pedido), explicaram os Círculos de Construção de Paz e Círculos Restaurativos bem como temas como empatia, autoconhecimento e autoconexão.

A partir de exposição dialogada, vídeos e dinâmicas de grupo, os participantes da oficina tiveram a oportunidade de receber informações, aprender e trocar conhecimento sobre ferramentas para aprimorar a forma de se comunicar, de maneira pacífica e empática.

A Oficina de Comunicação Não-Violenta representa mais um passo para a propagação da paz, notadamente no ambiente intrainstitucional, já que os facilitadores poderão aplicar os conceitos da CNV aos conteúdos e metodologias dos cursos internos bem como implementar o aprendizado de novas formas dialógicas na gestão de pessoas, contribuindo para replicar o modelo de comunicação pacífica na Justiça Federal da 2ª Região.





DESTAQUE DO MÊS:

NESTA EDIÇÃO VAMOS CONHECER UM POUCO SOBRE O CENTRO JUDICIÁRIO REGIONAL DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS CIDADANIA DA REGIÃO SUL FLUMINENSE - CESUL

O CESUL foi instalado a partir de Agosto de 2016, conforme Portaria nº TRF2-PNC-2016/00008, de 31/08/2016, após curso e treinamento de alguns servidores das Subseções Judiciárias de Volta Redonda, Angra dos Reis e Barra do Piraí. O treinamento foi ministrado pelos juízes João Marcelo Oliveira Rocha, o qual era o Juiz Diretor da Subseção de Volta Redonda, e pela Juíza Aline Miranda – TRF2.

Atualmente, o CESUL é coordenado pela Juíza Federal Monica Maria Cintra Leone Cravo – juíza substituta da 1ª Vara Federal de Angra dos Reis. Importante ressaltar que a SEAJU-VR – Seção de Atendimento aos Jurisdicionados e Cidadania de Volta Redonda assumiu a condução do CESUL, onde foi acrescentada às atribuições da Seção, a responsabilidade pelo contato às Varas, planejamento, elaboração das pautas e condução das audiências, bem como a elaboração dos relatórios de estatística para controle e acompanhamento.

A SEAJU-VR conta com 03 (três) servidoras: Márcia Carrado e Roberta Louise, que além das atribuições pertinentes à Seção, trabalham como conciliadoras e Lourdes Maria, que auxilia nas atividades administrativas.

O centro pode atuar nas conciliações que ocorrem nas Subseções da Região Sul Fluminense.

Desde sua instalação, são realizadas, sistematicamente, durante todos os meses, audiências de conciliação, em sua grande maioria, de matérias que envolvem a Caixa Econômica Federal, inclusive mutirão de expurgos inflacionários.

A partir de abril de 2020, com a pandemia, em razão do distanciamento social, as audiências passaram a ser realizadas nas plataformas virtuais, as quais foram e são de grande relevância para a continuidade e celeridade do trabalho de pacificação de conflitos.

As audiências de conciliação são sempre conduzidas por um servidor/conciliador, capacitado na forma da

Resolução nº 125/2010, que atua, também, como supervisor no estágio de mediadores/conciliadores em formação.

O Centro tem obtido, de acordo com a apuração estatística, em média, 70% de acordos, continuando na busca de seu aprimoramento, trabalhando em conjunto com as Varas envolvidas para alcançar novos patamares.



O NPSC2 parabeniza a todos os integrantes do CESUL/SG pelo excelente trabalho realizado!



Produção:
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de
Conflitos da 2ª Região:

Desembargador Federal Luiz Antônio Soares

Juíza Federal Convocada em Auxílio Aline Alves de Melo Miranda Araújo

Juíza Federal Convocada em Auxílio Cristiane Conde Chmatalik

Danielle Cruz Freire de Carvalho

Alina Damacena de Amorim

Aline Silva Cunha

Gabriela Lorentz Amaral Alves de Sousa

Lucas de Sequeira Batista Levenhagen

Patrícia Leal El-Amir Bittencourt

Rachel Salette de Oliveira Cavalcante

Renata Bérenger Samarcos de Almeida

Renato Fonseca Junior

Rosângela de Araújo Fernandes

Voner Miranda Martins

Jean Lucas Magalhães Ernesto Gaullier – estagiário

Juliana Guimarães Barreto – estagiária

Raphael Ribeiro da Cunha Asta – estagiário

Yasmim de Oliveira Macedo – estagiária